



9º Congresso de Pós-Graduação

A AMEAÇA DE FECHAMENTO DO COLÉGIO PIRACICABANO E SUA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

Autor(es)

THAIS GONSALES SOARES

Co-Autor(es)

REGINALDO LEANDRO PLACIDO

Orientador(es)

CÉSAR ROMERO AMARAL VIEIRA

1. Introdução

No período que marca a transição do império para a república no Brasil, a educação passou a ser vista, principalmente pelo movimento republicano, como um dos principais instrumentos para elevar o país ao seu verdadeiro posto. Segundo Hilsdorf, “A versão pedagógica da modernidade e do progresso seria composta, pois, por escolas particulares - e não pelas públicas monárquicas -, que oferecessem ensino científico, prático, intuitivo e igual para todos” (1986, p. 60). Em *O cidadão da república, positivismo versus liberalismo* (Brasil, 1870-1930), Maria Stella Bresciani buscou identificar diferenças no entrecruzamento dos projetos republicanos publicados e debatidos na imprensa entre o período destacado. A autora nota que o tema da educação também aparece de modo forte nas discussões. Citando artigos de maio de 1887 da *Gazeta de Campinas*, Bresciani (1993, p. 131) evidencia “o descompasso entre o pretenso sistema representativo de governo e a política de ostentação, política incapaz de cobrir a ‘profunda e absoluta ignorância em que vivia a maior parte da nação’” (1993, p.131). Nesse sentido, grande destaque era dado às escolas particulares de responsabilidade de americanos de confissão protestante, de positivistas e de cientificistas (cf. HILSDORF, 1986; MESQUIDA, 1994; VIEIRA, 201).

2. Objetivos

Partilhando da perspectiva firmada por Nóvoa (1997) de que um dos motivos que tornam a imprensa uma fonte interessante de análise para a historiografia é a polêmica presente nos periódicos, este artigo tem como objetivo principal a compreensão da disputa estabelecida entre o ensino protestante na cidade de Piracicaba na transição entre império e república e a posição do governo imperial frente a ele. Segundo Nóvoa, é por meio da imprensa como os jornais, por exemplo, que é possível a apreensão da multiplicidade de um cotidiano sociocultural. O autor destaca que “a escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam” (NÓVOA, 1997, p.31).

Para realização desse objetivo, trabalhamos com dois periódicos e um jornal. O primeiro periódico consultado teve sua circulação entre os anos de 1870 e 1879, contando com 108 números. *O Novo Mundo* era publicado em língua portuguesa em Nova Iorque, pelo advogado José Carlos Rodrigues e enviado ao Brasil. De acordo com Ascitti, *O Novo Mundo* “contou com um grupo de colaboradores que, nutrindo admiração pelos rumos do desenvolvimento da nação norte-americana, acreditavam no modelo estadunidense como solução para os problemas político-sociais brasileiros.” (ASCIUTTI, 2010, p.8).

O segundo periódico analisado foi o *Expositor Christão*, publicação quinzenal da Igreja Metodista Episcopal no Brasil. Tendo início em janeiro de 1886, com James J. Ransom como redator responsável, recebe inicialmente o nome de *Methodista Catholico*, alterado para *Expositor Christão* em julho de 1887.

A terceira fonte de imprensa analisada foi o jornal *Gazeta*, organizado em 1882. Publicado em Piracicaba e declaradamente republicano, é nossa principal fonte de divulgação das informações sobre os acontecimentos do colégio Piracicabano.

Esse trabalho faz parte do projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento, intitulado *Entre a memória e o arquivo: Colégio Piracicabano - 1881-1935*, financiado pelo CNPq e desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Protestantismo e Educação – GPPE/UNIMEP e insere-se no campo temático da História da Educação Brasileira – a história das instituições educacionais.

3. Desenvolvimento

O Colégio Piracicabano foi fundado pela missionária norte-americana Martha Hite Watts. Entretanto, conforme Vieira (2011), as sementes do Colégio Piracicabano remontam ao ano de 1879, e contou com a colaboração direta do advogado Prudente de Moraes Barros. A sugestão desse convite pode ser evidenciada na carta que o rev. John James Ransom enviou a Board of mission, reproduzida anos mais tarde na *Gazeta de Piracicaba*:

Um advogado de renome dessa cidade escreveu ao irmão Newman estimulando-o a abrir um Colégio lá [Piracicaba]. O meu plano é ir a Piracicaba conseguir pensão em casa de alguma família brasileira educada e logo que for possível, abrir uma escola para brasileiros. (...) O nosso advogado promete exercer sua influência e tem certeza de nosso sucesso. (...) Logo que for aberta nossa escola o irmão Newman virá para Piracicaba e teremos a senhorita Annie Newman na escola (...). (13/09/1959)

O Colégio Newman, apesar do otimismo inerente a esta empreitada permaneceu em atividade por menos de um ano (Cf. VIEIRA, 2011, p. 283). Martha Watts, logo que chegou a Piracicaba, se entregou ao trabalho educacional e já aos 13 de setembro do mesmo ano inaugurou em uma casa alugada, com apenas uma aluna, o que seria conhecido como o primeiro colégio metodista no Brasil, e que logo se tornaria uma das principais referências na Província de São Paulo. A partir dessa data, o número de estudantes cresceu de modo considerável, de acordo com os registros do Relatório Trimensal do Colégio Piracicabano publicado em novembro de 1886 no periódico metodista *O Expositor Christão*. Nesta época o Colégio já contava com 94 matrículas. (n. 21, 01/11/1886).

Apesar do aparente desenvolvimento dessas instituições protestantes de ensino e do evidente apoio de parte da sociedade, não podemos esquecer as disputas que se estabeleceram com esse crescimento. Em Piracicaba, o debate entre o Estado imperial e os protestantes se instituiu de modo intenso, inclusive na imprensa. Um acontecimento que teve repercussão nacional e demonstra claramente essa controvérsia foi a exigência por parte do Inspetor Literário de Ensino, Abílio E. Vianna, de que era necessária a contratação de um professor para o ensino da religião oficial do Estado, além da exclusão dos meninos com mais de 10 anos do colégio. De acordo com as fontes jornalísticas, essa exigência teve início a partir de um comentário realizado pelo Imperador Dom Pedro II em sua visita à cidade.

Essa visita, ocorrida em outubro de 1886 foi relatada pelo *Expositor Christão*:

Até Sua Magestade, recentemente de visita em Piracicaba, ficou admirado ao ver o progresso do Evangelho, ou como dizem Protestantismo, nessa bonita e florecente cidade. Em conversa com o Vigário de lá, “aconselhou-lhe que reagisse contra a propaganda protestante, que está avassalando a cidade, ensinando e instruindo seus parochos na religião do Estado”. - Gazeta de Noticias. (n. 23, 01/12/1886)

A partir da notícia de que o Imperador teria aconselhado o vigário da cidade a reagir contra os protestantes, o caso passou a ser acompanhado pela imprensa não só da região, o que colocou em evidência não apenas o colégio, mas também a questão da religião oficial. Notícias do Rio de Janeiro foram divulgadas pelo *Expositor Christão*:

O RIO NEWS referindo-se ao conselho de sua Magestade ao vigário de Piracicaba para reagir (por todos os meios possíveis) contra o movimento protestante n'aquella cidade, disse bem: “o conselho de sua Magestade foi, é nossa opinião, muito irreflectido. Elle deve saber quão pouco o clero catholico romano tem feito para a educação do povo e elle devia certamente saber que estes esforços das missões protestantes não podem resultar senão em um bem permanente para o seu paiz. (n. 24, 22/12/1886)

Na edição do *Expositor Christão* de 06 de fevereiro de 1887, foi reproduzido o comunicado enviado à diretora do colégio, Mary W. Bruce, que se encontrava em substituição de Martha Watts, em férias nos Estados Unidos. No comunicado emitido em 27 de janeiro de 1887, o inspetor afirma que não poderia admitir que o colégio recebesse meninos, principalmente os maiores de 10 anos, já que a instituição era de educação feminina. A questão que mais suscitou polêmica no período foi a exigência feita no mesmo comunicado de que o colégio era obrigado a ter um professor da religião do Estado.

A crítica à atitude do Inspetor foi grande, não se limitando a cidade de Piracicaba. O *Expositor Christão* cita na edição de 1º de março

de 1887 trechos do discurso proferido por Rangel Pestana na Assembleia Provincial de São Paulo no dia 17 de fevereiro:

Homens importantes por suas luzes e por seu patriotismo, alguns dos quaes já illustram esta Assembléa, dão solemne testemunho do regimen e da moralidade d'aquella casa de educação. (...)

Seja quem fôr o inspector litterario de Piracicaba, praticando o acto que o orador vai moralisar, comprometteu os altos interesses da sociedade e particularmente os da provincia. (...)

Em um paiz onde se proclama que fechar uma escola é abrir uma prisão, não podem ser sancionadas essas medidas de rigor que a razão repelle e o nosso estado social não justifica. (n.5, 01/03/1887).

Vale ressaltar que o ensino livre foi declarado pela lei a partir de 1879, com o Decreto nº 7.247, mais conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, no qual trazia em seu primeiro artigo a determinação: “1º. É completamente livre o ensino primário e o secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene.” É pelo mesmo decreto que os alunos acatólicos deixam de ser obrigados a frequentar a aula de instrução religiosa (art. 4, §1).

É importante notar ainda que para além da questão de ter ou não meninos frequentando o colégio ou um professor para ministrar as aulas da religião do Estado, esse debate suscitará reflexões mais complexas. A imigração para o Brasil, por exemplo, passa a ser questionada. Na edição de 16 de fevereiro de 1887 do *Expositor Christão*, o pastor da igreja metodista episcopal James L. Kennedy propõe do Rio de Janeiro as seguintes questões:

Quizeramos saber se Sua Magestade o imperador, que goza no estrangeiro da fama de ser muito liberal e de proteger a todos em suas crenças religiosas, pretende conservar a mesma fama?

Quizeramos saber se o governo, que hoje chama a emigração estrangeira, promettendo-lhe toda a protecção, pretende depois impor aos pobres immigrantes o jugo da igreja de Roma? (...)

Estará na liberdade gloriosa que o Brazil annuncia ao mundo – o ser-se obrigado a empregar em um collegio particular e acatholico um professor da religião do Estado? (n. 4, v. II, 16/02/87)

4. Resultado e Discussão

Frente essa afirmação, não podemos deixar de evidenciar que a partir da década de 1880, apesar de os imigrantes serem vistos como uma alternativa para o projeto de regeneração da sociedade brasileira, como os responsáveis por disseminar pelo país os valores de civilidade, eliminando a ideia de atraso e ignorância que caracterizariam o Brasil (CARVALHO, 1989, p.35-6), questões como a prática educacional e religiosa desses estrangeiros suscitavam intensos debates.

Por meio do *Expositor Christão*, a crítica quanto à falta de liberdade religiosa dos imigrantes torna-se enfática:

É esta a liberdade religiosa e a protecção que ella garante áquelles a quem convida para habitar na sua terra? (I) Obrigar a Directora de um collegio protestante a empregar um professor da Religião do Estado? (II) Obrigar-lhe a não admitir alumnos catholicos, cujo paes de livre vontade e de preferencia são os proprios a levarem-nos para lá? (III) Obrigar-a a levar os alumnos á Missa nos Domingos e nos dias sanctificados (pelo papa)!? Ora, é esta a liberdade que D. Pedro II promette aos estrangeiros, que para aqui vêm? Si é, porque não publica o governo o facto ao Mundo em lugar de enganar propositalmente aos que vem de boa fé, julgando que terão liberdade de consciencia e de religião no Brazil? (n. 8, v. II, 18/04/1887 p.3)

Todo esse movimento originário supostamente de um rápido comentário do Imperador Dom Pedro II deixa evidente que nesse contexto no qual a educação passa a ser considerada como um dos principais instrumentos que levaria o país rumo ao progresso, as divergências sobre o melhor modelo a ser seguido tornam-se fortes. O final desse debate foi anunciado na primeira página do dia 1º de maio de 1887, com a demissão do Inspetor:

Segundo nos consta, o Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo demittiu ao Sr. Inspector Litterario do Districto de Piracicaba, por causa da posição que este tomou na questão do Collegio Piracicabano.

Daqui intere-se que não fez bem, ou não tinha sido demittido. Mas nós julgamos que o mal não está tanto no que fez o digno Inspector, como na existencia de umas leis intolerantes e injustas, que elle quis executar. (EXPOSITOR CHRISTÃO, n. 9, vol. II, 01/05/1887)

5. Considerações Finais

A partir da análise desse debate na imprensa, que teve repercussão não apenas na cidade de Piracicaba, mas como já destacado, em jornais da capital do país também, seguindo a perspectiva de Nóvoa, ressaltamos a importância dessa fonte de análise, uma vez que “trata-se de compreender as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas” (1997, p.15).

Referências Bibliográficas

ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. Um lugar para o periódico O Novo Mundo - Nova Iorque, (1870-1879). Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930). Revista USP, Dossiê Liberalismo, n.17. São Paulo: Editora da USP, mar-mai 1993. HILSDORF, M. L. S. Francisco Rangel Pestana: jornalista, político e educador. São Paulo: FEUSP, 1986.

___ Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação. In: Revista do Cogeime. Atibaia, São Paulo, n. 2, p. 29-64, 1993.

MESQUIDA, Peri. Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denise B.; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.) Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-31.

VEIGA, Jair de Toledo. Antigos alunos do Colégio Piracicabano. In: Jornal de Piracicaba, 24 de maio de 1981.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Colégio Piracicabano: trajetória histórica e representação social (1881-1935). In: Caderno de Pesquisa em Educação. V. 17, n. 34 (jul./dez. 2011). Vitória: PPGE, 2011. p. 275-297.